

CLAUDI AYRES NAIZER

A NOVA CLASSE C: ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS  
OCORRIDAS NO BRASIL, E OS DIFERENTES CONCEITOS DE CLASSE  
MÉDIA

Dissertação referente ao Mestrado  
Profissional em Desenvolvimento  
Econômico, sob a orientação do Prof.  
Dr. José Guilherme Silva Vieira.

CURITIBA  
2014

## RESUMO

Este trabalho estuda as características particulares da chamada nova classe média brasileira, também conhecida como classe C, e verifica se os padrões são condizentes com a ideia de uma transição de classes ou se representam apenas uma ampliação de consumo momentânea. O objetivo é verificar a sustentabilidade desta chamada nova classe média, e qual a vulnerabilidade diante de uma possível instabilidade econômica, numa análise levando em consideração não apenas renda e consumo. Se existe um fenômeno de mobilidade social, ele é multidimensional, e precisa levar em consideração outros aspectos, como o nível educacional, aumento na poupança das famílias, condições do mercado de trabalho e a força da classe trabalhadora etc.

Palavras-chave: nova classe média, classe C, transição de classes, mobilidade social, multidimensional.

## **ABSTRACT**

This paper studies the particular characteristics of the new Brazilian middle class called, also known as class C, and verifies that the standards are consistent with the idea of a class of transition or represent only a momentary expansion of consumption. The objective is to verify the sustainability of this so-called new middle class, and how vulnerability to a possible economic instability, an analysis taking into account not only income and consumption. If there is a social phenomenon of mobility, it is multidimensional, and must take into account other aspects, such as educational level, increase in household savings, labor market conditions and the strength of the working class etc.

Key-words: new middle class, class C, class transition, social mobility, multidimensional.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1. AS DIFERENTES DEFINIÇÕES DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA .....	8
1.1 A ESTRUTURA DA CHAMADA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES .....	16
1.2 OS ASPECTOS POLÍTICOS DESTA CHAMADA NOVA CLASSE MÉDIA	19
2. ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E OS DIFERENTES PERFIS DE TRABALHO .....	22
3. SUSTENTABILIDADE DA CHAMADA NOVA CLASSE C: O ASPECTO MULTIDIMENSIONAL .....	25
4. O ESTADO ATUAL DA DISCUSSÃO SOBRE A CLASSE MÉDIA .....	29
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

## INTRODUÇÃO

A renda e sua distribuição têm sido alguns dos aspectos mais relevantes e importantes nos estudos econômicos no Brasil, principalmente após o país ter conseguido sair do problema inflacionário que durou mais de uma década a partir dos anos 1980, acompanhado de um longo período de estagnação econômica. Nos últimos anos o Brasil passou por transformações tão grandes, que finalmente crescimento com equidade passou a estar figurando entre os pontos mais importantes da agenda política.

O país tem experimentado na última década um fenômeno interpretado por uma parte da literatura como a ascensão de sua classe média, a classe “C”. Segundo o FECOMERCIO –SP (2012), de acordo com dados do IBGE, mais de 12 milhões de famílias, ou seja, quase 40 milhões de pessoas ascenderam às classes de renda C e B entre 2003 e 2009. No entanto, do que se trata essa ascensão à chamada nova classe média? Realmente o que é conceitualmente chamado de nova classe média no Brasil tem sustentabilidade? Existe longevidade desse potencial de consumo adquirido nos últimos anos? E os outros fatores como mercado de trabalho, qualificação, condições de vida?

Este trabalho detalha as características particulares da chamada nova classe média brasileira e verifica se os padrões são condizentes com a ideia de uma transição de classes ou se representam apenas uma ampliação de consumo momentânea. O objetivo aqui é verificar a sustentabilidade desta chamada nova classe média, e qual a vulnerabilidade diante de uma possível instabilidade econômica. Não se pode fazer essa análise de maneira unidimensional, apenas considerando a renda e consumo tão somente. Um fenômeno de mobilidade social é multidimensional, e precisa levar em consideração outros aspectos, como o nível educacional, aumento na poupança das famílias, condições do mercado de trabalho e a força da classe trabalhadora etc.

O fenômeno experimentado pelo Brasil na última década - apresentado pelas principais pesquisas domiciliares (Pnad, POF, PME e Censo) – é interpretado por grande parte dos analistas e da mídia em geral como a emergência de uma nova classe, havendo incentivos claros para que o estado difunda essa ideia, ampliando exageradamente a percepção de melhora das condições de vida da sociedade brasileira.

Considerando a renda familiar como critério básico, a Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE) definiu que a nova classe média é integrada pelos indivíduos que vivem em famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019. Este trabalho leva em consideração o critério da SAE, mas apresenta também diferentes critérios como o critério Brasil e o critério da FGV.

Já a definição das classes econômicas pela renda domiciliar total de todas as fontes chama de classe C aquela camada da população com renda entre R\$ 1200 e R\$ 5.174. Um dos conceitos do ponto de vista estatístico é que a classe C recebe a renda média da sociedade e se situa acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos pouco depois da virada do século.

Conceitualmente, a nova classe média se refere à classe “C”, e um dos aspectos que mais caracterizam a nova classe média brasileira é o lado do produtor, ou seja, essa nova classe prefere administrar seus próprios negócios, e procura bases sólidas que sustentem esse novo padrão adquirido, sendo crédito ao consumidor e benefícios governamentais aspectos menos relevantes. Existem no Brasil problemas no que concerne ao crédito produtivo para essas camadas da sociedade, e o instrumento para tal ascensão vem através da educação, que apesar de índices não satisfatórios, tem melhorado muito nos últimos anos. Nova classe média também se refere ao consumo de serviços privados como escolas particulares, planos de saúde e previdência complementar.

Neri (2011), utilizando dados da Pnad, mostra que a classe C passou de 37,56% da população brasileira para 50,45% de 2003 a 2009, ou seja, 94,9 milhões de brasileiros em famílias com renda acima de R\$ 1.200 a R\$ 5.174

mensais. Esse número representa um crescimento acumulado de 34,34% em seis anos, ou equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos anos.

No entanto, existe uma literatura crítica em diversas dimensões geográficas do globo, como Barcena e Serra (2010 e 2011) para a América Latina, e Pochmann (2012) para o Brasil, que evidencia problemas no tratamento do tema “classe média”. Pochmann (2012) apresenta dados do IBGE que mostram que entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, diferente dos 12,3% de crescimento na renda de propriedade. De 2004 a 2010, por outro lado, o peso dos salários, no conceito funcional de classes sociais, cresceu 10,3% e o da renda da propriedade privada decresceu 12,8%, deixando as participações entre rendas de trabalho e propriedade de 2010 praticamente iguais as de 1995.

Não é preciso negar que essa expansão da renda e essa chamada ascensão à classe média pela classe trabalhadora, causada principalmente pelo crescimento econômico, por sua vez, puxado pela expansão do setor de serviços, e pelas políticas de distribuição de renda para as classes da base da pirâmide, causou um fortalecimento dessas classes. No entanto, segundo essa literatura crítica, a ascensão social experimentada por essa camada da população não é suficiente para haver uma reorganização das relações trabalhistas, e, portanto, não indica uma ascensão acima do que seria normalmente adequado para a classe trabalhadora.

Dessa forma, ainda segundo essa literatura, nenhuma mudança ocorrida foi suficiente para configurar uma transição de classes. Mesmo a ampliação do padrão de consumo não aponta em direção a um aumento de poupança, e sim do gasto total da renda disponível. Assim, o principal objetivo deste estudo é fazer um estudo exploratório sobre a sustentabilidade dessa nova classe, estudando os diferentes conceitos de classe C existentes na literatura, abarcando aspectos que possibilitem um estudo exploratório, porém detalhado dessa classe. Procura-se mostrar que o fenômeno da mobilidade vai muito além da análise da renda, e por esse motivo, dadas as ainda precárias

condições de vida dos trabalhadores brasileiros pertencentes a essa camada da população, é errônea a ideia de que houve uma transição de classes.

Os objetivos específicos são: i) Discutir os conceitos e definições de classe média da literatura, e compará-lo com a definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE); ii) Estudar a sustentabilidade da classe C seja do ponto de vista do consumo, seja do ponto de vista de outros fatores como mercado de trabalho, educação, e condições de vida.

A pesquisa é exploratória, no sentido de apresentar uma visão geral acerca do assunto. Por meio de estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro. A metodologia é totalmente bibliográfica, e a bibliografia consultada encontra-se na última seção deste trabalho.

Este trabalho será dividido em cinco seções a partir dessa introdução. O primeiro capítulo irá discutir os conceitos de classe média, discutindo as diversas definições e pontos de vista apresentados na literatura. Na forma de subseções deste capítulo, serão ainda estudados: a estrutura do consumo da chamada classe média brasileira e suas características particulares, e os aspectos políticos desta chamada nova classe média. O segundo capítulo apresentará um estudo das transformações sociais ocorridas na última década, e os diferentes perfis de trabalho encontrados na chamada nova classe média brasileira, como as formas de inserção precárias no mercado de trabalho e as relações de trabalho existentes. O terceiro capítulo apresentará um estudo da sustentabilidade no longo prazo da chamada nova classe C, levando em consideração o aspecto multidimensional que inclui diversos outros fatores na análise além da renda e do consumo. O quarto capítulo apresentará um breve panorama do estágio atual da discussão sobre a classe média. A quinta seção apresenta as principais conclusões.

## 1. AS DIFERENTES DEFINIÇÕES DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Uma característica negativa de qualquer sociedade até hoje é a desigualdade social, estando várias vezes esta desigualdade relacionada principalmente ao poder, mas também a quantidade de bens e serviços consumidos pelas diferentes classes. Dessa forma, a questão da estratificação social aparece como elemento de análise das relações sociais e também de distinção de tipos e volumes de bens e serviços consumidos por grupos de pessoas diferentes. (Kamakura e Mazzon, 2013).

Estudar estas relações sociais significa entender a forma como a sociedade se organiza, cria e administra sua riqueza, e esse entendimento é imprescindível para diversos fins, entre eles a formulação da política pública, que tem como principal objetivo o aumento do bem estar social. Desse modo, a estratificação sempre esteve presente em todas as sociedades, como forma mesmo de entender os papéis de cada agente a fim de alocar os recursos de maneira a maximizá-los.

Toda sociedade possui algum tipo de estratificação hierárquica informal, ou até mesmo formal, associada ao prestígio social, ao consumo de bens e serviços públicos, influência política, oportunidades educacionais, carreira, etc. Assim, a desigualdade social pode ser analisada sob diferentes óticas, de acordo com o campo do conhecimento, econômico, sociológico, político, ou jurídico, entre outros. A noção de status socioeconômico está ligada à conquista de status usando educação e renda como causa e efeito do status ocupacional, com o argumento de que a educação qualifica o indivíduo, tendo como consequência, a renda. (Kamakura e Mazzon, 2013).

A renda e sua distribuição têm sido alguns dos aspectos mais relevantes e importantes nos estudos econômicos no Brasil, com importância ainda maior após o período hiperinflacionário da década de 1980. Nos últimos anos, com a estabilização monetária após 1994 e principalmente após as grandes mudanças políticas depois de 2002, o Brasil passou por grandes transformações colocando crescimento com equidade entre as diretrizes

principais da agenda política. Um dos principais fenômenos que o país tem experimentado nesta última década é interpretado por uma parte da literatura como a ascensão da classe média brasileira, a famosa classe “C”, ou “nova classe média”. Segundo o FECOMERCIO –SP (2012), de acordo com dados do IBGE, mais de 12 milhões de famílias, ou seja, quase 40 milhões de pessoas ascenderam às classes de renda C e B entre 2003 e 2009.

Existem diversas metodologias na literatura sobre a definição do conceito de classe média brasileira. E cada uma das definições carrega consigo um ponto de vista diferente. A Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE), por exemplo, considerando como critério básico a renda familiar, estabeleceu como pertencentes à nova classe média, os indivíduos que vivem em famílias com renda *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019. Dentro desta definição, há ainda, segundo a SAE, a divisão da classe média em três grupos: baixa classe média (renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 441), média classe média (renda entre R\$ 441 e R\$ 641), e a alta classe média (renda entre R\$ 641 e R\$ 1019). Já a definição das classes econômicas pela renda domiciliar total de todas as fontes, estabelece como classe C os indivíduos com renda entre R\$ 1200 e R\$ 5.174.

A definição utilizada por Neri (2011), que leva em conta o ponto de vista estatístico, considerando que a classe C recebe a renda média da sociedade e se situa acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos pouco depois da virada do século, é bastante consistente e empiricamente próxima do conceito de polarização proposto por Esteban, Gradin e Ray (2007). Esse conceito, chamado de EGR, tem como estratégia gerar de maneira endógena os cortes de renda da distribuição de renda observada na prática. Esses cortes são os que melhor diferenciam os grupos, ou seja, minimizando as diferenças internas e maximizando diferenças externas.

Neri (2011), no entanto, mostrou que em estudos internacionais a definição de classe varia de R\$ 115 a R\$ 516 (Banerjee e Duflo, 2007), até R\$ 2.435 a R\$ 10.025 (Banco Mundial, 2007) sendo este último mais próximo da definição em países desenvolvidos. Segundo o autor, o conceito brasileiro está dentro dos limites, que variam bastante na utilização de diversos critérios

diferentes, às vezes a classe C sendo vista como classe média baixa e a classe B como média alta.

Estratificar a população por diversos critérios, neste caso pela renda, tem diversas importâncias. Segundo Burgess e Steenkamp (2006), a estratificação socioeconômica é importante para a segmentação do mercado nos países emergentes, pois as sociedades tendem a ser mais hierárquicas nestes países, com maior separação entre as classes, e logo, uma importância maior do papel destas distinções.

Especificamente para o marketing, o conceito de status socioeconômico define a posição de um indivíduo ou de uma família dentro de um sistema estratificado social, revelando o contexto em que ocorre o consumo de bens e serviços. Em termos econômicos ele está ganhando ainda mais importância entre as empresas por causa da ascensão e tamanho dos mercados dos países componentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e, em especial, pela emergência de uma classe média com poder de compra mais elevado, o que representa um fator significativo para o crescimento econômico dessas sociedades. Muitas empresas multinacionais estão desenvolvendo esforços visando ao lançamento de produtos e serviços especificamente concebidos para esse segmento, em contraposição a uma postura estratégica anterior de desenvolvimento de produtos e serviços direcionados fundamentalmente para as classes de maior poder aquisitivo. (Kamakura e Mazzon, p. 33-34, 2013).

Existem diversos critérios de estratificação existentes, e cada um carrega uma justificativa diferente, a depender do fim para o qual foi criado, se é unidimensional ou multidimensional, e quais variáveis serão utilizadas. No entanto, no Brasil atualmente são utilizados cinco critérios de estratificação da renda mais importantes: o critério da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), o critério Brasil, da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), o critério do Centro de Políticas Sociais, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o critério KM (Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil).

Segundo relatório da SAE (2012), o objetivo do critério da SAE é definir a classe média brasileira, para estudar quais as principais consequências do surgimento de uma nova classe média para o desenvolvimento do país, e o seu

impacto sobre o consumo, a poupança e também sobre a inflação. Faz parte da motivação da SAE também entender qual a visão do papel do Estado que essa nova classe possui, e entender como expandir as oportunidades para essa nova classe média com maior segurança social.

A SAE tem como objetivo um critério unidimensional, e utiliza a variável renda corrente oriunda da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), por considerar essa uma variável de boa aceitação. A SAE adota o critério de vulnerabilidade para definir os cortes referentes aos limites superior e inferior da classe média. Esse grau de vulnerabilidade é definido operacionalmente pela probabilidade de queda de um domicílio à condição de pobreza, ou seja, ter uma renda corrente declarada *per capita* menor que R\$ 140, em algum momento dos próximos cinco anos, dada a renda corrente inicial. Essa probabilidade foi obtida pela observação empírica dos movimentos de ascensão e queda de renda da população brasileira nos últimos anos. A linha de pobreza considerada foi definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social para identificar os beneficiários do Bolsa Família, atualizada pela inflação. (SAE, 2013)

Para chegar à faixa de R\$ 291 a R\$ 1019 familiar *per capita* para a classe média, a SAE divide a população brasileira em 100 pedaços, colocando-o na ordem de menor para a maior renda, obtendo os percentis da distribuição da renda. Para cada pedaço, existe uma associação com o grau de vulnerabilidade (probabilidade de retorno [ou permanência] à condição de pobreza). Essa probabilidade é mais alta para os níveis de renda mais baixos e vai diminuindo com o aumento da renda. Após essa fase, aplica-se o método de polarização, fazendo com que a população seja dividida em grupos de forma que cada grupo seja o mais homogêneo do ponto de vista de quem está dentro dele e o mais diferente possível em relação aos outros. Esse processo resultou nos seguintes pontos de corte: 34º e 82º percentil. Dessa forma, a classe baixa termina no 34º, a classe média se situa entre o 34º e o 82º e a classe alta, acima do 82º percentual, gerando os valores de R\$ 291 e R\$ 1019.

O critério Brasil, da ABEP, passou por diversas reformulações, desde a primeira versão criada em 1970 pela ABA (Associação Brasileira de

Anunciantes), com a função de classificar a população segundo seu poder de compra através de um sistema de pontos. A tabela 1 apresenta a pontuação atribuída para os respectivos itens da cesta familiar, e a tabela 2 a pontuação atribuída à escolaridade do chefe da família. Essas pontuações, somadas, classificam as famílias em uma determinada classe familiar, respectivamente, mostrada na tabela 3:

**Tabela 1: Sistema de pontos – Critério Brasil**

	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
<b>Televisão em cores</b>	0	2	3	4	5
<b>Rádio</b>	0	1	2	3	4
<b>Banheiro</b>	0	2	3	4	4
<b>Automóvel</b>	0	2	4	5	5
<b>Empregada mensalista</b>	0	2	4	4	4
<b>Aspirador de pó</b>	0	1	1	1	1
<b>Máquina de lavar</b>	0	1	1	1	1
<b>Videocassete e/ou DVD</b>	0	2	2	2	2
<b>Geladeira</b>	0	2	2	2	2
<b>Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)</b>	0	1	1	1	1

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

**Tabela 2: Grau de instrução do chefe de família**

<b>Analfabeto/ Primário Incompleto</b>	0
<b>Primário Completo/ Ginásial Incompleto</b>	1
<b>Ginásial Completo/ Colegial incompleto</b>	2
<b>Colegial Completo/ Superior incompleto</b>	3
<b>Superior Completo</b>	5

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

**Tabela 3: Coortes do Critério Brasil**

<b>Classe</b>	<b>Pontos</b>	<b>Total Brasil (%)</b>
A1	30-34	1
A2	25-29	5
B1	21-24	9
B2	17-20	14
C	11-16	36
D	6-10	31
E	0-5	4

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

Segundo Santos Paiva et al (2013), os objetivos desse critério eram a criação de um sistema padronizado que fosse um estimador eficiente da capacidade de consumo da população e discriminar grandes grupos de acordo com a capacidade de consumo de bens e serviços.

Dentre as principais limitações deste critério, Mattar (1994) aponta que não há consenso na delimitação de variáveis que discriminem o consumidor em perfis de mercado estereotipados perfeitamente, ou de maneira razoável. É muito difícil assumir que um padrão de consumo de uma determinada classe se mantém por um longo período de tempo, ou mesmo que um determinado item da cesta de consumo seja exclusivamente consumido por uma classe em detrimento de outra. Dessa forma, a utilização dessas delimitações poderiam tornar as análises viesadas. Em trabalho mais recente, Mattar (1996) aponta ainda instabilidades nas variáveis ao longo do tempo devido a mudança de sistemas de pontos, o que também é prejudicial para uma análise de longo prazo no que concerne a estratificação da renda.

O critério do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem como objetivo classificar a população de maneira unidimensional, de acordo com nível de pobreza, em quatro grupos. O critério consiste em estimar a renda domiciliar *per capita* necessária para que a pessoa possa sair da condição de miséria (a FGV utiliza, por exemplo, R\$ 135,00 por mês por pessoa). Assim como no critério da SAE, há uma medida relativa e uma

medida absoluta: para as classes A, B e C é considerado o critério relativo (último decil e da mediana ao nono decil, respectivamente), e para as classes D e E é utilizada a medida absoluta (da mediana até a linha da pobreza e desta para baixo, respectivamente), como mostra a tabela 4:

**Tabela 4: Critério de estratificação da renda - FGV**

<b>Classe</b>	<b>Critério</b>	<b>% da População</b>
<b>AB</b>	Último decil	10%
<b>C</b>	Mediana ao 9º Decil	40%
<b>D</b>	Linha de pobreza até a mediana	D%
<b>E</b>	Até a linha de pobreza	E%

Fonte: Centro de Políticas Sociais – FGV.

Já o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide a população em cinco classes sociais de acordo com o rendimento médio familiar, mensurado em salários mínimos, conforme a tabela 5:

**Tabela 5: Critério de estratificação da renda - IBGE**

<b>Classe</b>	<b>Renda Familiar (em salários mínimos)</b>
<b>A</b>	Acima de 20 salários mínimos
<b>B</b>	De 10 a 20 salários mínimos
<b>C</b>	De 4 a 10 salários mínimos
<b>D</b>	De 2 a 4 salários mínimos
<b>E</b>	Até 2 salários mínimos

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Um dos problemas desse critério de estratificação é a sua separação dos grupos de renda por salários mínimos, já que este tem seu poder de compra variado com o passar do tempo, não refletindo as mudanças no verdadeiro custo de vida da população. Segundo Neri (2011), no Censo do ano 2000 a linha de pobreza utilizada pela FGV, que era de R\$ 79,00, era maior do que

meio salário mínimo, à época R\$ 151,00. Em 2009, com a linha de pobreza de R\$ 140,00 corrigida pela inflação, o valor equivalia a pouco mais de um quarto do salário mínimo. Essa diferença entre o poder de compra do salário mínimo de um período para o outro tornaria a análise tendenciosa, e pode, portanto, ser inadequada.

O critério KM, abreviação para seus autores, Kamakura e Mazzon, tem por objetivo identificar estratos socioeconômicos na população brasileira combinando conceitos de renda permanente<sup>1</sup> (diferentes dos critérios anteriores, que utilizam renda corrente, como o critério Brasil e o critério da SAE) e de classe social. Essa estratificação é baseada no conceito teórico de classes sociais, incluindo indicadores de renda corrente, educação e ocupação, como representantes principais do acesso e domínio dos meios de produção. (Kamakura e Mazzon, 2013).

Segundo Kamakura e Mazzon (2013), a justificativa do critério KM para a utilização da renda permanente é a de estratificar os domicílios brasileiros em termos de sua condição atual de manter o padrão de vida, que teoricamente não depende só da renda corrente, mas do acesso ao crédito, da capacidade instalada existente no domicílio em termos de quantidade de bens duráveis, do acesso a serviços públicos, etc. O critério KM é o que mais se aproxima se um critério de estratificação que compreenda dimensões que não apenas a renda para explicar as diferenças de classes, pois, admitindo a renda permanente, está deixando na análise, intrínseca, a ideia de sustentabilidade do padrão de vida, elemento muito importante para saber se essa chamada “nova classe média” pode assim ser chamada.

Fica claro que dos diversos critérios existentes, as diferenças são significativas, e dependem exclusivamente do ponto de vista da análise para se dizer se são adequadas ou não. Conceitualmente, se a classe média é simplesmente aquela parcela da população que recebe a renda média da sociedade, pode-se dizer que o fenômeno ocorrido na última década no Brasil aconteceu, e atualmente mais de metade da população pertence à classe “C”.

---

<sup>1</sup> Representa, em poucas palavras, a habilidade do domicílio em manter seu padrão de consumo no médio prazo. Ver mais a partir do trabalho seminal de Hall (1978).

No entanto, ao se tratar de qualidade de vida e padrão de classe média adequados ao conceito de classe média dos países em desenvolvimento, o Brasil ainda continua longe de ter metade da sua população nestas condições. A próxima seção irá detalhar de maneira mais específica a estrutura desta chamada nova classe média, no sentido de interpretar que tipo de consumidores estão sob este perfil, o que demandam, e que padrão de consumo eles conseguem alcançar.

### 1.1A ESTRUTURA DA CHAMADA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES

Segundo Neri (2011), entre 2010 e 2011, 45,7% dos que estavam na pobreza saíram dela. Vários destes fazem parte agora da chamada nova classe C. Uma das características mais marcantes dessa chamada nova classe média brasileira é a capacidade de consumo de bens duráveis.

Neri (2011) cita bens de consumo como carro, computador, TV a cabo, casa própria financiada e crédito ao consumidor. No entanto, o autor cita uma característica em particular e que distingue a chamada nova classe média: o lado do produtor. Segundo ele, a nova classe C procura bases mais sólidas que sustentem o novo padrão adquirido, num cenário em que o crédito e os benefícios sociais são apenas coadjuvantes.

Segundo Neri (2011):

O protagonista é o lado do produtor, do empregado formal em particular. A carteira de trabalho é o maior símbolo da classe C como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo. Os “por conta própria” são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular. (Neri, p. 168, 2011).

Segundo dados da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), os 94,9 milhões de brasileiros que compõem a nova

classe média corresponde a 50,5% da população. Em 2009, a classe C foi responsável por 881 bilhões de reais dos gastos com consumo, correspondendo à maior fatia do total de 2,2 trilhões do país, sendo destes gastos, só na área educacional, um consumo de 15,7 bilhões.

Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013), utilizando dados da POF 2008-2009, mostram que os domicílios no intervalo de renda da chamada nova classe C equivale à 55% dos domicílios do país, com a maior parte chefiados por homens da cor branca. Dos níveis mais baixos de renda para os níveis mais altos, a participação masculina e a presença de brancos entre os chefes de famílias aumentam, enquanto diminui a presença de crianças e jovens. Na maioria dos domicílios observados a casa é própria e somente 23,6% destes domicílios possuem pelo menos dois banheiros; 28,7% possuem plano de saúde, 7,8% possuem educação superior e 82% dos filhos que estudam estão na rede pública; 35,1% dos chefes de domicílio possuem cartão de crédito e 17,1% cheque especial.

Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) ainda mostram que, apesar do aumento no crédito, o acesso ainda é baixo em todas as faixas de renda, especialmente na faixa inferior, e poucos os chefes de família possuem ensino superior, já que mesmo na faixa superior o percentual fica em torno de 17%, o que vale também para o acesso a planos de saúde, abaixo de 20% na faixa inferior e em torno de 50% na faixa superior. No que concerne à frequência dos filhos à rede privada de ensino, a variação é de 11% na faixa inferior de renda a 36% na faixa superior, uma evidência de que a classe média utiliza majoritariamente o ensino público. Desse modo, mesmo do ponto de vista do produtor, onde a formação em cursos técnicos e superiores poderia dar suporte para alavancar esse aspecto, ou mesmo na alavancagem do mercado de trabalho, a educação também é insuficiente.

Há ainda alguns fatos sobre a classe média brasileira que surpreendem, conforme Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013):

A surpresa é ainda maior diante do “inesperado”. De fato, buscando apurar o foco sobre as características socioeconômicas da NCM, computamos diretamente a presença de atributos que se esperaríamos

ausentes neste segmento. (...) é possível observar que 75% das unidades residenciais possuem apenas um banheiro e que ainda muitas delas – 390 mil – dispõem de nenhum. É surpreendente ainda que mais de 50% dos chefes de domicílio possuam apenas ensino fundamental completo ou incompleto, o primeiro ciclo da educação básica, não apresentando um dos critérios exigidos pelo sistema educacional do país para o acesso à educação superior. Finalmente, outro dado espantoso na análise de um segmento social do qual a educação universitária é símbolo identitário, mais de 10% dos chefes de domicílio são analfabetos. (Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt, p. 22, 2013).

Desse modo, os dados apresentados por Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) assustam. Não parece haver um horizonte tão promissor para esta classe, já que o motor educacional ainda parece desacelerado. Existem muitos meandros políticos por trás da difundida visão de fenômeno desta ascensão da classe média que faz com que uma possível visão otimista da realidade seja míope e exagerada.

Segundo Costa in Bartelt (2013), os serviços públicos não conseguem atender dentro de padrões mínimos de qualidade as demandas por saúde, educação e assistência social. As políticas habitacionais desmontadas na década de 1990 com a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação) deram vez às linhas de crédito da Caixa Econômica Federal às classes trabalhadoras, no mercado imobiliário, com programas como o “Minha Casa, Minha Vida”.

No entanto, é possível concordar com Pochmann (2012): existe sim um aumento da renda e do consumo das classes populares, mas não há um processo de mobilidade que indique ampliação da classe média. Segundo o autor, não se pode fazer essa análise de maneira unidimensional, apenas considerando a renda. É preciso considerar aspectos como: nível de educação, aumento na poupança das famílias, etc.

Há uma melhora nos indicadores sim, e ainda mais se a comparação levar em conta os anos de estagnação de 1980. Segundo Costa in Bartelt (2013), dados da PNAD em 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), indicam uma redução no índice de Gini de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011 (quanto mais próximo de 1, mais desigual), sendo que de 2009 para 2011 o rendimento médio mensal real de todos os trabalhadores cresceu

8,3%. Para Pochmann (2012), as políticas de valorização salarial apenas recuperaram o poder de compra que havia sido corroído com o longo período inflacionário e os altos juros.

Costa in Bartelt (2013) ainda considera:

Contra-pondo-se a uma análise baseada somente a partir da renda e do consumo, é preciso ver com maior cuidado o movimento do mercado de trabalho e os fatores estruturais que condicionam a permanência de níveis elevados de desigualdade no país. O maior acesso ao consumo não transforma o trabalhador em classe média, é preciso considerar qual tipo de empregos tem sido criados e como isso se reflete nas lutas políticas dentro da sociedade em busca de elevar a igualdade social.

A mobilidade é um fenômeno multidimensional que se dá a partir de mudanças que promovam alterações positivas nas condições de vida e de trabalho de diferentes gerações de pessoas. A mobilidade social, condição para ampliação da classe média, ocorre articulada ao processo de alteração no mercado de trabalho com a criação de empregos de melhor qualidade, com elevação cultural e qualificação dos trabalhadores, num ambiente político que permita a segurança nas relações laborais e ampliação de práticas democráticas na sociedade. (Costa, in Bartelt, p. 50-51, 2013).

Tratar de um fenômeno de melhora nos indicadores como fenômeno de ascensão de uma classe é o mesmo que dizer que o país já chegou num processo de crescimento sustentável em que o governo fará papel apenas coadjuvante, enquanto neste momento, o Estado tem papel determinante para a continuidade das políticas que levaram a estas melhoras.

## 1.2 OS ASPECTOS POLÍTICOS DESTA CHAMADA NOVA CLASSE MÉDIA

Fleury in Bartelt (2013), apresenta em seu trabalho a noção de que existe uma política de fabricação da classe média no Brasil. Segundo a autora, a inclusão social e a redução das desigualdades fazem parte da trajetória da construção da democracia, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Havendo interesses recíprocos, dentro da relação entre Estado e Mercado, essa utopia democrática transformou-se em um projeto de mercado, englobando marketing político, consumo e crédito popular.

Tomando o crescimento da renda como indicador privilegiado da mobilidade social e o crescimento maior da renda entre os mais pobres do que o dos grupos mais ricos, intelectuais orgânicos cunharam o termo Classe C para indicar aquela parcela da população que ultrapassou a linha de pobreza, o que justificaria sua inclusão no vago conceito de classe média. Se há fragilidade conceitual, as derivadas políticas são bem consistentes, o que se manifesta na inserção desta produção no núcleo estratégico do governo. A partir desses dados afirma-se que a classe média já é majoritária no país, assegurando o caráter democrático da sociedade brasileira e permitindo divisar a erradicação da miséria. Mas, esse lado brilhante da reestratificação não é capaz de mitigar o lado obscuro da desigualdade, evidenciado pelos dados do Censo de 2010, onde os 10% dos domicílios mais ricos abocanham 42,85% da renda nacional, ou pelas estatísticas das Nações Unidas, onde o Brasil avança a passos muito lentos na evolução do IDH, situando-se na 84ª posição entre 187 países. (Fleury in Bartelt, p. 73, 2013).

Como já dito anteriormente, as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras ainda continuam muito aquém do que pode ser chamado de uma condição razoável. Parece haver um grande interesse por parte do Estado de ampliar a percepção de melhora nas condições, como se a renda e o consumo fossem suficientes para indicar um fenômeno de mobilidade.

Segundo Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013), esse foco no incremento da renda até pode parecer uma saída razoável do ponto de vista da política pública, e pode ser uma das razões do alarde em cima da emergência de uma nova classe média, mas o mais importante é saber a capacidade que esses bens sociais privados têm de se reverterem em oportunidades e chances de vida para essa camada da população. Desse modo, altos investimentos públicos em serviços sociais parecem essenciais para o alcance de melhores posições sociais.

No entanto, essa superdimensionação da classe média, atribuindo uma linha de corte extremamente baixa, faz com que, por exemplo, 64% das empregadas domésticas, piso do mercado de trabalho urbano, sejam incluídas na classe média. Do mesmo modo, nesta classe média, 54% dos chefes de família não têm escolaridade ou possuem ensino fundamental incompleto. (Quadros et al in Bartelt, 2013).

Assim, a maioria dos analistas e fortemente os meios de comunicação disseminam o discurso de uma classe média de empregadas domésticas e

analfabetos, com vida precária e renda instável, e que para manter um certo nível de consumo, trabalham o máximo que podem. Além disso, ainda há a precariedade da educação, da saúde e do transporte público. Segundo Quadros in Bartelt (2013), o crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda também não define a sociedade como classe média, já que isso expressaria um rebaixamento das expectativas, pois professores do ensino público fundamental, auxiliares de escritório, atendentes de enfermagem e outros trabalhadores ainda levam uma vida com muitas dificuldades.

Segundo Quadros in Bartelt (2013), apesar de ser politicamente compreensível, essas manifestações governamentais a respeito de uma nova classe média podem levar a um conformismo que deseduca a sociedade. Portanto, apesar dos reconhecimentos que devem ser feitos com relação aos avanços e melhora da condição de vida de milhares de pessoas na base da pirâmide, chamar esse aumento de renda e consumo de mobilidade social pode acarretar diversos problemas numa sociedade com tantas mazelas para serem colocadas em debate.

## 2. ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E OS DIFERENTES PERFIS DE TRABALHO

O Brasil passou por grandes mudanças políticas e econômicas após a adoção das medidas neoliberais da década de 1990 e as mudanças no quadro político com a eleição de Lula em 2002. A partir de 2004, com uma conjuntura externa favorável devido ao aumento do preço e do volume das exportações das *commodities*, o Brasil retomou o ritmo de crescimento, impulsionado pelas relações comerciais com a Rússia, Índia, China, África do Sul e o Mercosul e também a relativa redução da importância dos EUA na pauta de exportações do país. A máquina administrativa foi reestruturada através de novos concursos públicos, o setor privado começou a gerar mais empregos e a investir, incentivado pelas políticas públicas (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) (Costa, in Bartelt, 2013).

Os setores mais pobres foram favorecidos através dos programas de transferências de renda, o que favoreceu o consumo, além das políticas governamentais de juros baixos, elevação de gastos e investimentos públicos, redução de impostos (IPI) para favorecer a indústria e manter a demanda interna aquecida. Além disso, há também, pelo governo, a adoção de política de valorização do salário mínimo, com correção do valor a partir do percentual de crescimento do PIB e da inflação (Costa, in Bartelt, 2013).

Segundo Pochmann (2012), o mercado de trabalho registra pouco dinamismo na indústria, forte crescimento na área de serviços e elevado grau de rotatividade dos trabalhadores. Como já mencionado, não há grandes avanços na qualificação da força de trabalho, e os anos de estudo dos trabalhadores seguem abaixo da média de outros países emergentes.

Ao dissociar a análise da ascensão da classe C das condições de emprego e trabalho opera-se uma descontextualização de cunho político e ideológico que impede a tematização da superexploração e endividamento dessa população. Tal parcela da classe trabalhadora englobada sob esse conceito é identificada por cumprir longas jornadas de trabalho, com ritmos muitas vezes extenuantes, recebendo aquém do mínimo necessário, o que leva a recorrer frequentes endividamentos, além de possuir vínculos de trabalho precarizados. (Fleury in Bartelt, 2013).

Desnecessário dizer que o recente aumento da renda dos trabalhadores é crucial para o desenvolvimento e para a consolidação democrática. No entanto, as condições estruturais de produção e exploração do trabalho, que aumentam a precariedade e reduzem direitos não são questionadas, terminando por substituir cotidianamente uma parte da população que ultrapassou a linha da pobreza por outra que acabou de cruzá-la no sentido inverso. (Fleury in Bartelt, p. 76, 2013).

A principal característica do mercado de trabalho brasileiro é sua heterogeneidade setorial. O mercado brasileiro pode ser dividido entre um mercado externo de trabalho e um segmento denominado mercado interno de trabalho. No interno estão os setores industriais organizados, onde os salários e postos de trabalho estão determinados por uma estrutura ocupacional ligada a fatores tecnológicos. Já no mercado externo, ao contrário do setor interno, os trabalhadores não precisam apresentar quase nenhuma qualificação e seus salários são determinados pela oferta e demanda e fatores aleatórios, basicamente respeitando as flutuações da economia. (Edwards, R., Reich, M. e Gordon, D., 1975).

A dinâmica de determinação salarial difere bastante entre os dois setores. O processo de exclusão e a evolução tecnológica eliminaram postos de trabalho de mais baixa remuneração, principalmente nos setores industriais mais dinâmicos, deprimindo ainda mais a possibilidade de recuperação dos rendimentos reais por parte dos trabalhadores menos qualificados, mesmo em uma conjuntura econômica favorável. Assim, historicamente, essas enormes diferenças salariais se perpetuam na economia, piorando a situação da distribuição de renda.

Segundo Pochmann (2012), desde os anos 2000 que o Brasil aponta para um novo modelo de desenvolvimento, combinando avanços econômicos com progressos sociais, gerando a expansão das ocupações na base da pirâmide social. Na década de 2000, para cada grupo de dez ocupações abertas para trabalhadores de salário base, sete foram de empregos formais com carteira assinada, e a cada vaga em emprego informal, três outras foram criadas com carteira assinada.

Neri (2011) enxerga a carteira de trabalho como principal símbolo da ascensão da classe C, enumera algumas das razões para esse fenômeno:

- i) Impacto da retomada do crescimento na elasticidade da demanda por trabalho;
- ii) Aumento da escolarização da população;
- iii) Melhoria na eficiência das atividades de fiscalização;
- iv) Inovações na legislação trabalhista;
- v) Incentivos à formalização das micro e pequenas empresas.

Segundo Neri (2011), além do ciclo econômico e da escolarização, outro fator que pode explicar esse aumento no trabalho formal é a melhoria nas atividades de fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além das inovações na legislação trabalhista criadas durante o governo FHC como contrato de trabalho, condomínio de empregadores rurais, participação dos empregados nos lucros, cooperativa de trabalho, entre outras, além das simplificações e desonerações tributárias.

### **3. SUSTENTABILIDADE DA CHAMADA NOVA CLASSE C: O ASPECTO MULTIDIMENSIONAL**

Para Vicente in Bartelt (2013), assumir o conceito de mobilidade social por critérios econômicos apenas, sem levar em consideração aspectos educacionais, sustentabilidade do mercado de trabalho, relações de poder na dinâmica social, é descartar da análise fatores estruturais que concorrem para a reprodução da desigualdade do país. Segundo a autora, chamar essa população da classe C de “nova classe média” faz parecer que o país tem como maior parte da sua população a classe média e não na massa de trabalhadores manuais, ou do setor de serviços que ainda é parcela significativa da população.

Como já dito anteriormente, o fenômeno de mobilidade social é multidimensional e não pode ser analisado com base apenas em renda e consumo. Melhora nas condições de vida e de trabalho, acesso à cultura, qualificação dos trabalhadores e a segurança dessas relações trabalhistas, são aspectos importantes nessa análise.

Em síntese, as evidências examinadas indicam que o perfil da assim chamada “nova classe média” não exhibe a maior parte dos critérios (aqui considerados como) distintivos de uma classe média. O perfil observado da maior parte de seus domicílios é: casa própria sem adensamento de moradores, contendo, porém, apenas um banheiro, com chefes sem cartão de crédito, cheque especial, plano de saúde ou educação superior, com filhos na rede pública de ensino. Surpreende ainda que na assim chamada “nova classe média” haja muitos domicílios com adensamento e sem banheiro, que uma proporção significativa dos chefes tenha cursado apenas o ensino fundamental e muitos deles sejam ainda analfabetos. (Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt, p. 23, 2013)

Utilizando dados da POF 2008-2009, Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) mostraram que em termos de condições de domicílios ou mesmo de chances de vida futura, os brasileiros da chamada “nova classe média” estão longe de estarem vivendo um fenômeno de mobilidade social. Seja por moradia inadequada, crédito escasso, escolaridade insuficiente e de má qualidade, a previsão que pode ser feita a priori é um tanto pessimista. Os autores apontam

possíveis soluções para gerações futuras como a educação de qualidade e o foco no incremento da renda.

Neri (2011) sugere políticas equilibradas para a nova classe média que contemplem soluções para um sistema de ensino de baixa qualidade, baixas taxas de poupança, obstáculos regulatórios, e etc. O autor sugere políticas de microseguro e microcrédito, e apresenta as vantagens do crédito produtivo popular e do Crediamigo, avaliado de um banco público federal em área pobre, o Banco do Nordeste. O autor também comenta a relação da estabilidade macroeconômica com a diminuição da violência e com isso, a criação de viabilidade para o desenvolvimento dos mercados na base da pirâmide, dando como exemplo as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) cariocas, que garantem direito de propriedade e funcionam como um choque de ordem e um choque de progresso para a sociedade local.

O que significa pertencer à classe média? O nível de renda é uma variável importante, mas deve estar articulado ao acesso a bens culturais, segurança nas relações laborais e maior participação na vida coletiva que permita uma convivência com redução dos riscos e vulnerabilidades. Quando pensamos num país de classe média o que nos vem à mente não é apenas o nível de renda das famílias, mas todo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que permite viver com segurança, maior conforto e acesso à vida coletiva e ao espaço público. A renda permite a elevação do consumo, mas não garante necessariamente maior segurança e sentido de pertencimento aos valores que vinculam pessoas numa experiência coletiva. (Costa in Bartelt, p. 51, 2013).

Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) mostraram dados alarmantes quando ao acesso ao crédito, à educação, a planos de saúde. A classe C brasileira frequenta majoritariamente o ensino público, e este ainda está muito aquém de ser de qualidade no Brasil. Desse modo, um aspecto ressaltado por Neri (2011) como sendo importante na distinção desta nova classe C brasileira, o aspecto educação, que é o meio mais importante, ainda está muito abaixo de um padrão aceitável.

As políticas sociais devem ser vistas tanto como instrumentos na reprodução dos trabalhadores como das subjetividades que são conformadas a partir da interpelação que realizam aos vários agentes

sociais, projetando condições de sociabilidade. Ou seja, uma política social não é só um montante de recursos transferidos, ela é parte de um projeto de construção de sociedade. A fabricação da classe média, ao deslocar-se desde a proposição dos sistemas universais de proteção social e inclusão no mercado de trabalho para os programas de transferência de renda, indica a construção social de outro projeto político e uma nova sociabilidade, cujas possíveis consequências merecem ser exploradas em vários aspectos. (Fleury in Bartelt, p. 76, 2013)

Sendo a mobilidade esse fenômeno multidimensional, que leva em conta movimentos do mercado de trabalho, fatores estruturais, os tipos de empregos que têm sido criados, e as lutas políticas para aumento da igualdade social, o fenômeno denominado “ascensão da classe média” nada mais é que um fenômeno de expansão do potencial de consumo dos trabalhadores, importante na escalada contra a desigualdade, mas ainda longe de significar mobilidade social e desenvolvimento.

O Quadro 1 a seguir resume os principais critérios de estratificação utilizados no Brasil, e suas definições de classe média.

#### **Quadro 1: Critérios de estratificação mais importantes utilizados no Brasil**

<b>Critério</b>	<b>Renda per capita da baixa classe média</b>	<b>Renda per capita da média classe média</b>	<b>Renda per capita da alta classe média</b>	<b>Objetivo</b>
Critério Básico SAE (Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República)	De R\$ 291 e R\$ 441	De R\$ 441 e R\$ 641	De R\$ 641 e R\$ 1019	Definição única capaz de mostrar a evolução da classe média ao longo do tempo.
Critério Brasil (ABEP)	-	11 a 16 pontos do Sistema de Pontos Critério Brasil. A classe C corresponde a 36% da população.	-	Sistema padronizado que fosse um estimador eficiente da capacidade de consumo da população.
Critério do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)	-	Mediana ao 9º Decil. A classe C corresponde a 40% da população.	-	Classificar a população de maneira unidimensional, de acordo com nível de pobreza, em quatro grupos.
Critério IBGE	-	De 4 a 10 salários mínimos.	-	Classificar a população em cinco classes

				sociais de acordo com o rendimento médio familiar mensurado em salários mínimos.
--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

#### **4. O ESTADO ATUAL DA DISCUSSÃO SOBRE A CLASSE MÉDIA**

Após as grandes transformações econômicas dos últimos vinte anos, o Brasil tem colocado em sua agenda política crescimento com equidade, e transformações importantes têm acontecido em direção à melhora dos seus índices socioeconômicos. Na última década um fenômeno interpretado por uma parte da literatura como a ascensão de sua classe média, a famosa classe “C”, tem dividido parte dos estudiosos em diversas áreas, numa discussão entre estar ou não o país vivenciando um fenômeno de transição de uma classe. Uma das conclusões deste trabalho é que é equivocado o termo mobilidade, já que este fenômeno é multidimensional, e esta chamada transição de classes, veiculada por grande parte dos analistas e da mídia, leva em consideração apenas renda e consumo.

Levando em consideração a renda familiar como critério básico, utilizando também o grau de vulnerabilidade, a Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE) definiu que a nova classe média é integrada pelos indivíduos que vivem em famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019. Este trabalho se baseou no critério da SAE em sua análise, mas apresentou também os diferentes critérios utilizados no Brasil, bem como suas vantagens e desvantagens, como o Critério Brasil, o Critério da FGV, e o Critério do IBGE, por exemplo.

Uma literatura crítica - como Barcena e Serra (2010 e 2011) para a América Latina, e Pochmann (2012) para o Brasil – evidencia que existem problemas no tratamento do tema “ascensão da classe média”, já que este conceito leva em conta apenas a renda e o consumo, sem guardar relação com aspectos estruturais ou a consistência do mercado de trabalho.

Pochmann (2012) apresentou dados do IBGE que mostram que entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, diferente dos 12,3% de crescimento na renda de propriedade. De 2004 a 2010, por outro lado, o peso dos salários cresceu 10,3% e o da renda da propriedade privada decresceu 12,8%, deixando as participações entre rendas de trabalho e propriedade de 2010 praticamente iguais as de 1995.

Realmente a expansão da renda, causada principalmente pelo crescimento econômico, é significativa, e foi puxada pela expansão do setor de serviços, e pelas políticas de distribuição de renda para as classes da base da pirâmide, causando um fortalecimento das classes trabalhadoras. No entanto, a ascensão social experimentada por essa camada da população é distante de qualquer outra classe que não a classe trabalhadora. Dessa forma, ainda segundo essa literatura, nenhuma mudança ocorrida foi suficiente para configurar uma transição de classe baixa para classe média. Mesmo a ampliação do padrão de consumo não aponta em direção a um aumento de poupança, e sim do gasto total da renda disponível.

A mobilidade social é um fenômeno multidimensional que se dá a partir de mudanças na melhora das condições de vida e de trabalho, melhora na qualificação dos trabalhadores e também na sustentabilidade desses níveis de consumo no longo prazo. Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) mostram que para essa chamada classe média, o acesso ao crédito ainda é muito baixo em todas as faixas de renda, especialmente na faixa inferior. No aspecto educacional, são poucos os chefes de família possuem ensino superior, já que mesmo na faixa superior o percentual fica em torno de 17%, o que vale também para o acesso a planos de saúde, abaixo de 20% na faixa inferior e em torno de 50% na faixa superior. No que concerne à frequência dos filhos à rede privada de ensino, a variação é de 11% na faixa inferior de renda a 36% na faixa superior, uma evidência de que a classe média utiliza majoritariamente o ensino público. Desse modo, mesmo do ponto de vista do produtor, onde o aspecto que poderia alavancar seria a educação, esta também é insuficiente.

Segundo Costa in Bartelt (2013), os serviços públicos não conseguem atender dentro de padrões mínimos de qualidade as demandas por saúde, educação e assistência social. As políticas habitacionais desmontadas na década de 1990 com a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação) deram vez às linhas de crédito da Caixa Econômica Federal às classes trabalhadoras, no mercado imobiliário, com programas como o “Minha Casa, Minha Vida”.

No entanto, segundo Pochmann (2012), existe sim um aumento da renda e do consumo das classes populares, mas não há um processo de

mobilidade que indique ampliação da classe média. Outros autores corroboram com a ideia de que existe uma melhora nos indicadores: Costa in Bartelt (2013), utilizando dados da PNAD em 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), mostraram uma redução no índice de Gini de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011 (quanto mais próximo de 1, mais desigual), sendo que de 2009 para 2011 o rendimento médio mensal real de todos os trabalhadores cresceu 8,3%. Mas dessa melhora, atribuir a um fenômeno de mobilidade de classes, para essa literatura, é um exagero.

Fleury in Bartelt (2013), apresenta em seu trabalho a noção de que existe um interesse de uma política de fabricação da classe média no Brasil. Segundo a autora, a inclusão social e a redução das desigualdades fazem parte da trajetória da construção da democracia, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Havendo interesses recíprocos, dentro da relação entre Estado e Mercado, essa utopia democrática transformou-se em um projeto de mercado, englobando marketing político, consumo e crédito popular.

Envolvendo interesses políticos ou não, há nesses índices uma percepção de evolução e desenvolvimento socioeconômico da população brasileira. Mas as políticas econômicas devem ser mantidas, continuadas, e novas devem ser criadas, se o objetivo de longo prazo é chegar a uma verdadeira ascensão de uma nova classe média. Neri (2011), como recomendação de políticas públicas, sugere políticas equilibradas para a nova classe média que contemplem soluções para um sistema de ensino público de baixa qualidade, baixas taxas de poupança, obstáculos regulatórios com relação ao acesso do crédito pelo consumidor, etc. O autor também sugere políticas de microseguro e microcrédito, e apresenta as vantagens do crédito produtivo popular e do Crediamigo, avaliado de um banco público federal em área pobre, o Banco do Nordeste, além de comentar a relação da estabilidade macroeconômica com a diminuição da violência e com isso, a criação de viabilidade para o desenvolvimento dos mercados na base da pirâmide, dando como exemplo as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) cariocas, que garantem direito de propriedade e funcionam como um choque de ordem e um choque de progresso para a sociedade local.

Desse modo, há um horizonte otimista para os objetivos socioeconômicos brasileiros, mesmo que alguém daqueles que esperam hoje por um país que tenha metade de sua população pertencendo a uma nova classe média. Mas os grandes saltos em direção à distribuição de renda e à equidade têm dado diversos sinais de quais são as melhores e mais adequadas políticas públicas para que esses objetivos finais sejam atingidos. Portanto, não há ascensão, nem mobilidade social, e largos investimentos ainda são necessários para que qualquer fenômeno de transição de classes possa ser esboçado num panorama como o brasileiro.

## CONCLUSÃO

Este trabalho estudou as características da chamada nova classe média no Brasil, e as diferentes classificações utilizadas pelos mais diversos critérios de estratificação, avaliando se essa chamada “ascensão da classe média” ou “nova classe C” realmente representa um fenômeno de mobilidade social, levando-se em consideração não apenas a renda, mas também fatores como mercado de trabalho, condições e qualidade de vida, educação, e a sustentabilidade dessa chamada nova classe.

No Brasil, os critérios de estratificação mais utilizados são o critério da SAE (Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República), o critério Brasil, da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), o critério do Centro de Políticas Sociais, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o critério KM (Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil). No entanto, nenhum destes critérios leva em consideração o aspecto multidimensional de um fenômeno de ascensão de classes, que vai além de um aumento no poder de compra da população.

Um trabalho importante de Kerstenetzky e Uchôa in Bartelt (2013) mostra diversos problemas com relação à educação, saúde e mercado de trabalho que comprometem o entendimento de que a chamada “nova classe C” representa uma ascensão de uma nova classe média brasileira. Dados alarmantes deste estudo mostram que mais de 50% dos chefes de família possuem apenas ensino fundamental completo ou incompleto, e que mais de 10% são analfabetos, por exemplo.

É possível concordar com Pochmann (2012) que houve um significativo aumento da renda e do consumo das classes populares nos últimos anos, aumento este que representou uma melhora importante para a sociedade brasileira. O índice de Gini, por exemplo, reduziu de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011. No entanto, nenhuma dessas mudanças indica um processo de mobilidade que ampliou a classe média.

Alguns aspectos políticos apresentados neste trabalho justificam o que se chamou de “fabricação da classe média no Brasil”. Fleury in Bartelt (2013) mostram que existe uma relação de interesses recíprocos entre Estado e Mercado que fomentou a disseminação deste conceito de ascensão da classe média. Mas as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora não demonstram uma condição razoável que represente uma ascensão de classes real.

Desse modo, não houve mobilidade social. A ascensão da classe média amplamente veiculada na mídia é apenas conceitual com relação à renda média da população. Sendo a mobilidade social um fenômeno multidimensional, não se pode atribuir um mero aumento no poder de compra, sem sustentabilidade, como a ascensão da classe média no Brasil. Há ainda diversos objetivos que precisam ser cumpridos para que a distribuição de renda no Brasil alcance um patamar mínimo satisfatório, e um fenômeno de transição de classes possa ser iniciado.

## REFERÊNCIAS

Banco Mundial. **Global Economic Prospects**. 2007

Banerjee, A. V.; Duflo, E. **What is middle class about the middle classe around the world?** Mimeo. Cambridge: MIT Press, 2007.

Barcena, A. e Serra, N. **Classes medias y desarrollo em América Latina**. Santiago: Cepas, 2010.

Barcena, A. e Serra, N. **Perspectives économiques de l'Amérique Latine: ne región de classes moyennes?** Paris: OCDE, 2011

Barros, R. P, Foguel, M. N., Ulysea G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

Bartelt, D. D. (Org.) **A "Nova Classe Média" No Brasil Como Conceito E Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2013.

Burgess, S. M. Steenkamp, J. E. M. **Marketing renaissance: How research in emerging markets advances marketing science and practice**. International Journal of Research in Marketing, 2006

Campos, A. et. al. **Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

Edwards, R., Reich, M. e Gordon, D. (org). **Labor Market Segmentation**. Massachussets. D.C.: Health Company, 1975.

FECOMERCIO. **A evolução da classe média e o seu impacto no varejo: diagnósticos e tendências**. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/>. São Paulo, 2012.

Guerra, A. et. al. **Classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006.

Hoffman, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**. Econômica, Rio de Janeiro, 2005.

Kamakura, W. A., Mazzon, J. A. **Estratificação Socioeconômica e consumo no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2013.

Lamounier, B., Souza, A. **A classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

Mattar, F. N. **Estratificação Socioeconômica e Pesquisas de Marketing**. In: XVIII ENANPAD, 1994.

Mattar, F. N. **Porque os métodos de classificação socioeconômicos utilizados no Brasil não funcionam**. In: XX ENANPAD, 1996.

Neri, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Pochmann, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Santos Paiva, G. F. dos, Nascimento Silva, D. B., Feijó, C. A. **Consumo e critérios de classificação socioeconômica: um estudo aplicado à pesquisa de orçamentos familiares**. Texto para discussão nº 75 – Abril, 2013.

Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. 2013.

Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média.** 2013.

Souza, J. et. al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.